

NARRATIVAS NA E DA TRADUÇÃO

NARRATIVES IN AND OF TRANSLATION



Mona BAKER
Professora emérita
University of Manchester
Centre for Translation & Intercultural Studies
School of Languages, Linguistics & Cultures
Manchester, Inglaterra, Reino Unido
www.monabaker.org
orcid.org/0000-0001-5724-6229
mona@monabaker.org

Traduzido por:

Isabella Vitoria de Farias RAMALHO
Pesquisadora autônoma
Brasília, Distrito Federal, Brasil
lattes.cnpq.br/1280472899154613
orcid.org/0009-0008-5606-6638
bellavitoria.ramalho@gmail.com

Flávia Cristina Cruz LAMBERTI
ARRAES
Professora Associada
Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Línguas
Estrangeiras e Tradução
Brasília, Distrito Federal, Brasil
lattes.cnpq.br/3964082551527151
orcid.org/0000-0002-8216-2892
flavialamberti@gmail.com

Cristiane ROSCOE-BESSA
Professora aposentada
Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Línguas Estrangeiras
e Tradução
Brasília, Distrito Federal, Brasil
lattes.cnpq.br/0039122901216440
orcid.org/0000-0002-8293-7926
cristiane.roscoe.bessa06@gmail.com

1

Resumo: Este artigo questiona uma das narrativas que domina o nosso discurso acadêmico e profissional sobre a tradução, especificamente a narrativa da tradução como meio de promoção da paz, da tolerância e da compreensão ao permitir a comunicação e o diálogo. Parte-se de um panorama teórico das dimensões e de algumas das principais características da narrativa, tal como definidas na teoria social. Apresentam-se então exemplos do papel desempenhado pela tradução na construção de narrativas de paz e de tolerância, precisamente ao “permitir” que a comunicação aconteça. O artigo, por fim, argumenta que tradutores e estudiosos da tradução devem resistir à tentação de romantizar excessivamente o seu papel na sociedade e, em vez disso, devem reconhecer o fato de participarem de diversas maneiras, muito decisivas, na promoção e na circulação de narrativas e discursos de vários tipos, alguns dos quais promovendo a paz e outros alimentando conflitos que subjugam populações inteiras e que fornecem precisamente o tipo de ponte linguística que permite tais atrocidades.

Palavras-chave: Estudos da tradução. Teoria da narrativa. Tipos de narrativa. Narrativa da tradução. Conflito.

Abstract: This article questions one of the narratives that dominate our disciplinary and professional discourses on translation, namely the narrative of translation as a means of promoting peace, tolerance and understanding through enabling communication and dialogue to take place. It starts with a theoretical overview of the dimensions and some of the main features of narrative, as defined in social theory. Examples of the role played by translation in constructing narratives of peace and tolerance, precisely by ‘enabling’ communication to take place, are then offered. The article ultimately argues that translators and translation scholars must resist the



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da *Licença Creative Commons Atribuição* que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

temptation to over-romanticize their role in society and must instead acknowledge the fact that they participate in very decisive ways in promoting and circulating narratives and discourses of various types – some promoting peace, others fuelling conflicts, subjugating entire populations and providing precisely the kind of bridging of language gaps that allow such atrocities to take place.

Keywords: Translation studies. Narrative theory. Types of narrative. Narrative of translation. Conflict.

NARRATIVAS NA E DA TRADUÇÃO¹

De modo geral, os nossos discursos acadêmicos sobre cultura, língua e tradução não são intencionalmente ou explicitamente manipuladores. Não é este o argumento que pretendo apresentar. No entanto, pode-se argumentar que eles decepcionam no que tange a sua tentativa de explicar a política da língua e da tradução, ao retratar um mundo em que desentendimentos culturais não são intencionais, são inocentes e passíveis de ser evitados se estivermos conscientes das diferenças culturais e tivermos um grupo de profissionais bem treinados, que possa mediar entre culturas diferentes de uma forma não tendenciosa e responsável. Mais especificamente, neste artigo, argumento que os estudiosos da tradução, ao tentar teorizar o lugar dos tradutores dentro das práticas sociais, têm valorizado o papel do tradutor na sociedade de maneira um tanto acrítica e irrealista.

Por fim, meu objetivo é enfatizar o papel ativo que a tradução e os tradutores desempenham na mediação de conflitos, especialmente em tempos de crise política internacional, e encontrar modelos mais realistas e diversificados para conceituar esse papel, com base em práticas e comportamentos reais e não idealizados.

Narrativa

Antes de começar a questionar uma das narrativas que dominam o discurso sobre a tradução, acredito que devo primeiramente oferecer uma definição básica do conceito de narrativa tal como a entendo e ilustrá-la com exemplos de pautas da vida real nas quais estamos todos inseridos de forma incontestável.

O conceito de narrativa tem atraído muita atenção em várias áreas e, conseqüentemente, tem sido definido de várias formas. Por exemplo, na área da sociopragmática e da literatura, as “narrativas” tendem a ser tratadas como um modo opcional de comunicação, um modo muito poderoso e central de como organizamos as nossas vidas. Entretanto, é um dos vários modos que “escolhemos” (narrativa vs. argumentação, por exemplo). As abordagens que tratam a narrativa como um modo opcional

de comunicação tendem a se concentrar na estrutura interna (fases, episódios, enredo) das narrativas oralmente proferidas e a destacar as vantagens do uso da narrativa, ao invés de outros modos de comunicação, para garantir a atenção e o envolvimento do público². Por outro lado, na teoria social, e em particular nos trabalhos de Somers (1997) e Somers e Gibson (1994) aos quais escolhi recorrer, a narrativa não é compreendida como um modo opcional de comunicação, mas como o modo principal e inevitável pelo qual vivenciamos o mundo. Logo, “tudo o que sabemos é o resultado de inúmeras histórias entrecruzadas nas quais os atores sociais se posicionam” (Somers & Gibson, 1994, p. 41). As narrativas, nessa perspectiva, são “histórias” públicas e pessoais com as quais concordamos e que orientam o nosso comportamento. São as histórias que contamos a nós mesmos, e não apenas aquelas que contamos explicitamente a outras pessoas, sobre o(s) mundo(s) em que vivemos. Disso resulta, também, que uma narrativa, no sentido da teoria social, não é necessariamente identificada num trecho específico de texto, mas é mais provável que sustente toda uma gama de textos e discursos sem necessariamente estar total ou explicitamente apresentada em qualquer um deles³.

Por fim, dentro da visão da teoria social sobre a narrativa, a ênfase em descrever como as narrativas operam e como elas impactam nossas vidas não está em sua composição estrutural e nem em como são expressas em textos, mas sim em a) tipos ou dimensões de narrativa que influenciam nossa “percepção” geral do mundo e b) características que distinguem uma narrativa de uma história ou de uma cronologia de eventos. Em última análise, conforme Bruner (1991, p. 5-6) expõe, “a preocupação central não é como a narrativa como texto é construída, mas sim como ela opera como um instrumento da mente na construção da realidade”. Do ponto de vista dos estudiosos da tradução e da linguagem em geral, essa é uma limitação séria que nos convida a complementar a abordagem da teoria social em relação à narrativa com métodos textuais de análise, a fim de oferecer uma aplicação produtiva da narratividade nos estudos de tradução. Não tentarei oferecer especificamente um modelo textual de análise narrativa neste artigo, desafio este que enfrento em Baker (no prelo), mas, em vez disso, concentro-me numa breve ilustração de como o conceito de narratividade pode ser utilizado para questionar nossos próprios discursos sobre a tradução.

Em primeiro lugar, para fazer relativa justiça à visão social da narrativa aqui invocada, apresento a distinção dos tipos e das características da narrativa.

Tipos de narrativa

Somers e Gibson (1994) fazem distinção entre narrativa ontológica, pública, conceitual e metanarrativa⁴. Narrativas ontológicas são histórias pessoais que contamos a nós mesmos sobre o nosso lugar no mundo e sobre a nossa própria história pessoal⁵. São de natureza interpessoal e social: “as narrativas ontológicas só podem existir entre pessoas no curso das interações sociais e estruturais ao longo do tempo” (Somers & Gibson, 1994, p. 61), mas permanecem concentradas no próprio Eu e no seu mundo imediato. Narrativas públicas são, como o próprio nome sugere, histórias elaboradas e disseminadas por organizações sociais e institucionais que vão além da esfera individual, como a família, a instituição religiosa ou educacional, grupo político ou ativista, a mídia e a nação. Como exemplo de narrativas públicas, Somers e Gibson mencionam histórias sobre a mobilidade social americana, ou o “inglês nascido livre” (Somers & Gibson, 1994, p. 62). Como exemplos mais recentes, menciono as numerosas e concorrentes narrativas públicas do 11 de setembro de 2001, ou a guerra no Iraque: quem é o responsável, por que aconteceu, se poderia ter sido evitada, quantos morreram, até que ponto a situação no Iraque está boa ou ruim etc.

4

Como teóricos sociais, Somers e Gibson (1994, p. 62) definem que narrativas conceituais são “conceitos e explicações que construímos como investigadores sociais”, e prosseguem argumentando que “[o] desafio conceitual que a narratividade representa é o de desenvolver um vocabulário analítico social que possa acomodar o argumento de que a vida social, as organizações sociais, a ação social e as identidades sociais são narrativamente, isto é, temporalmente e relacionalmente construídas por meio de narrativas tanto ontológicas quanto públicas” (Somer & Gibson, 1994, p. 63). No entanto, parece-me razoável e produtivo ampliar essa definição para incluir narrativas *disciplinares* em qualquer área de estudo. Logo, as narrativas conceituais podem ser mais amplamente definidas como as histórias e as explicações que os estudiosos de qualquer área elaboram para si e para os outros sobre seus objetos de pesquisa. Algumas dessas histórias ou narrativas conceituais podem ter um impacto considerável no mundo como um todo, enquanto outras permanecem restritas em seu propósito à comunidade imediata dos estudiosos na área de relevância.

Um bom exemplo de uma narrativa conceitual que exerceu uma influência considerável para além dos limites da área de estudo imediata é o livro *The History of British India* (A História da Índia Britânica) de James Mill, publicado em 1817. Como Niranjana (1990) explica, esse livro baseia-se nas traduções de William Jones, Wilkins,

Halhed, entre outros, para construir uma imagem dos indianos (sejam eles hindus ou muçulmanos) como desleais e falsos. “Ao longo do livro”, diz Niranjana, “Mill se refere repetidas vezes aos “Hindus” com adjetivos como “selvagens”, “bárbaros”, “ferozes” e “rudes”, formando, assim, por pura repetição, um contra-discurso à hipótese orientalista de uma civilização antiga” (Niranjana, 1990, p. 776). Niranjana ainda cita a afirmação do indologista alemão Max Mueller de que esse livro de Mill “foi responsável por alguns dos maiores infortúnios que já ocorreram à Índia” (Niranjana, 1990, p. 779). Trata-se, pois, de um bom exemplo de uma narrativa conceitual ou disciplinar que conseguiu adentrar o espaço público e influenciar as narrativas públicas durante um período específico da história.

No que tange a narrativas conceituais mais recentes e igualmente nocivas que têm tido um impacto considerável para além das fronteiras de suas áreas de estudo, temos a obra de Samuel Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, 1996, *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*, e a de Raphael Patai, *The Arab Mind*, 1973, *A Mente Árabe*. Samuel Huntington, cientista político da Universidade de Harvard, classificou as civilizações mundiais em grupos distintos⁶ com características culturais “inerentes” (a maioria em conflito com os “bons” valores americanos) e previu que cultura substituiria ideologia como a principal causa de conflito no século 21⁷. Num livro mais recente, *Who Are We? The Challenges to America’s National Identity*, 2004, (*Quem Somos Nós? Os desafios para a identidade nacional americana*), Huntington observa a sociedade americana por meio desse mesmo prisma cultural neoconservador e elabora uma narrativa a respeito de um choque interno de civilizações, argumentando que a nova guerra é entre a maioria branca do país e a crescente população hispânica. *O choque de civilizações* de Huntington tem sido um importante ponto de referência para a administração Bush, e as narrativas que gerou foram diretamente ligadas às narrativas públicas oficiais do 11 de setembro e das guerras no Afeganistão e no Iraque⁸.

Raphael Patai, falecido em 1996, foi um renomado antropólogo cultural e Diretor de Pesquisa no Instituto Theodor Herzl, em Nova York⁹. Em sequência aos escândalos de tortura de Abu Ghraib em abril e maio de 2004, Seymour Hersh, do *The New Yorker*, descreveu *A Mente Árabe* como “a Bíblia dos neoconservadores sobre o comportamento árabe. Nas discussões [dos neoconservadores] ... dois temas surgiram —... primeiro, que os árabes só compreendem a violência e, segundo, que a maior fraqueza dos árabes é a vergonha e a humilhação”¹⁰. Outro artigo, no *The Guardian*, relatou que um professor de

uma faculdade militar dos EUA descreveu o livro de Patai como “provavelmente o livro mais popular e amplamente lido sobre os árabes nas Forças Armadas dos EUA”, e confirmou em seguida que é “até mesmo usado como um livro didático para oficiais da escola especial de guerra JFK (John Fitzgerald Kennedy) em Fort Bragg”¹¹. Mais uma vez, vemos que as narrativas elaboradas dentro dos limites da academia não só podem permear como de fato permeiam o discurso público e podem sustentar ainda mais as metanarrativas de longo prazo, que é o quarto tipo de narrativa proposto por Somers e Gibson.

Somers e Gibson (1994, p. 61) definem metanarrativas (ou narrativas mestre) como narrativas “nas quais estamos inseridos como atores contemporâneos da história... Nossas teorias e conceitos sociológicos estão codificados com aspectos dessas narrativas mestres — Progresso, Decadência, Industrialização, Iluminismo, etc.”. Um candidato óbvio para uma metanarrativa (ou narrativa mestre) mais recente é a narrativa pública da “Guerra ao Terror”, a qual é firmemente sustentada e promovida por meio de uma miríade de canais em todo o mundo, rapidamente adquirindo, assim, o status de uma supernarrativa que atravessa fronteiras geográficas e nacionais e impacta diretamente a vida de cada um de nós, em todos os setores da sociedade. A escolha da palavra *terror* ao invés da palavra *terrorismo* é significativa aqui¹² e oferece um bom exemplo do trabalho discursivo necessário para a circulação e a adoção bem-sucedidas de narrativas. “Terrorismo” refere-se a um ou mais incidentes que envolvem violência e, como tal, propicia uma sensação localizada. “Terror”, por outro lado, é um estado de espírito, de sentimento, que pode se espalhar como um incêndio através de todos os tipos de fronteiras e engolir tudo que estiver em seu alcance. Uma narrativa deve ter esse tipo de amplitude temporal e física, bem como senso de inevitabilidade ou inescapabilidade, para se qualificar como uma metanarrativa ou narrativa mestre. A palavra *Terror* compreende essas características muito mais do que *terrorismo*.

Características da narrativa

Somers e Gibson (1994) e Somers (1997) concentram-se em quatro características definidoras da narrativa: relacionalidade, narratividade causal, apropriação seletiva e temporalidade. Bruner (1991) discute um conjunto de características mais extenso e em mais detalhes¹³. Para os fins deste artigo, limito a discussão às características propostas por Somers e Gibson, acrescentando a elas uma característica de Bruner particularmente importante, a saber, o *acréscimo narrativo*.

A *relacionalidade* pressupõe a impossibilidade de inferir sentido de um evento

isolado. Para que um evento seja “interpretado”, ele deve ser concebido como um episódio, uma parte de uma configuração maior de eventos: “a narratividade requer o discernimento do sentido de qualquer evento com outros eventos somente em relação temporal e espacial” (Somers, 1997, p. 82) e “permite a sua compreensão somente ao conectar, ainda que de forma instável, partes a uma configuração construída ou a uma rede social, ainda que de forma coerente ou irrealizável, composta de práticas simbólicas, institucionais e materiais” (Somers & Gibson, 1994, p. 59). Assim, por exemplo, como aponta Clifford (1998, p. 689), na tradução de Maurice Leenhardt¹⁴ da Bíblia para Houailou (uma língua da Melanésia), “não poderia haver uma simples importação de uma divindade ocidental para um cenário religioso da Melanésia”. A relacionalidade das narrativas não pode permitir uma importação tão direta de “partes” de outras narrativas. Um outro antropólogo, Godfrey Lienhardt, considerou “o problema de descrever aos outros como os membros de uma tribo remota pensam” como “um problema de tradução”, e insistiu que “[é] quando tentamos representar o pensamento de uma sociedade primitiva¹⁵ em nossa língua e em nossas categorias, sem também modificá-las para recebê-lo, é quando ele começa, em parte, a perder o sentido que parecia ter” (Lienhardt, 1956/1967, p. 97). Se fosse possível isolar partes de uma narrativa e interpretá-las sem referência a uma configuração construída, e se fosse possível interpretar outras narrativas sem acomodá-las de modo simultâneo às nossas próprias narrativas e acomodar nossas narrativas a elas, a tradução e a etnografia certamente seriam atividades muito mais simples e de menor comprometimento. Porém, sendo a narratividade o que ela é, é crucial que tanto o tradutor quanto o etnógrafo reconstruam narrativas ao interseccionar configurações relativa ou consideravelmente novas em cada ato tradutório.

Enquanto a relacionalidade significa que todo evento deve ser interpretado dentro de uma configuração maior de eventos, *a narratividade causal* “confere significado a instâncias independentes e ignora a ordem cronológica ou categórica desses eventos” (Somers, 1997, p. 82). É a narratividade causal que permite um sentido *moral* dos eventos, porque ela nos faz dar conta da *razão* pela qual as coisas aconteceram tal como uma determinada narrativa sugere que elas aconteceram. Desse modo, duas pessoas podem concordar com uma série de “fatos” ou eventos independentes, mas discordar de forma veemente sobre como interpretá-los um em relação ao outro. Por exemplo, muitas pessoas aceitam que Israel está ocupando terras palestinas e cometendo assassinatos premeditados, que homens-bomba palestinos estão matando cidadãos e soldados israelenses etc. Porém, em algumas narrativas, os assassinatos premeditados de Israel são uma resposta ao terror palestino, enquanto em outras

o suicídio de homens-bomba palestinos é um resultado desesperado e inevitável do terrorismo do Estado de Israel. Logo, é a narratividade causal que nos permite considerar a mesma série de eventos e tecê-los em histórias “morais” muito diferentes.

Por fim, é evidente que a narratividade causal também significa que a construção de uma narrativa somente pode ocorrer por meio da *apropriação seletiva* de uma série de eventos, ou de elementos de uma ampla gama de eventos abertos e sobrepostos que constituem a experiência. Assim, para elaborar uma narrativa coerente, é inevitável que alguns elementos da experiência sejam excluídos e outros privilegiados. Narrativas públicas promovidas por instituições poderosas como o Estado ou a imprensa não somente destacam esses elementos de que eles seletivamente se apropriam, mas também os incutem em nossa consciência por meio de uma exposição repetida. Isso leva ao que Bruner (1991, p. 18) descreve como *acréscimo narrativo*, o processo de exposição repetida a uma narrativa ou conjunto de narrativas que conduz à formação de uma cultura, tradição ou história. Bruner oferece o exemplo do sistema jurídico, explicando que “[n]a medida em que esse sistema considera tal acumulação de casos como “precedentes”, e na medida em que os “casos” são narrativas, o sistema jurídico impõe um processo ordenado de acréscimo narrativo” (Bruner, 1991, p. 18). Por fim, é essa característica do acréscimo narrativo que permite a disseminação de metanarrativa ou narrativa mestre sobre o progresso, o iluminismo, o terror mundial, a democracia ocidental, etc.

Evidentemente, as narrativas não atravessam fronteiras linguísticas e culturais, e muito menos se acumulam e se tornam metanarrativas globais, sem o envolvimento direto de tradutores e intérpretes. A seguir, gostaria de utilizar essa introdução teórica como um pano de fundo a fim de chamar atenção para um exemplo de como nossas próprias narrativas conceituais nos Estudos da Tradução parecem estar em conflito com a teoria da narrativa apresentada acima e com o envolvimento documentado de tradutores e de intérpretes em uma variedade de narrativas globais conflitantes.

Narrativas nos Estudos da Tradução

Atualmente, nos Estudos da Tradução, temos uma narrativa mestre do tradutor como um mediador honesto, na qual a tradução é retratada reiteradamente como uma força do bem, um meio que permite a existência de diálogo entre culturas diferentes e, portanto, segundo a lógica, que melhora a habilidade desses membros de culturas diferentes se entenderem. Assim, a comunicação, o diálogo, a compreensão e mesmo o conhecimento são

associados ao “bem” no sentido moral e levam, sem adversidades, à justiça, paz, tolerância e progresso.

Como é o caso das narrativas em geral, uma série de metáforas interessantes reforçam a narrativa da tradução, e dos tradutores, como uma força para o bem. Essas são muito numerosas e generalizadas para serem detalhadas aqui. Para os fins deste artigo, menciono apenas a metáfora da tradução como uma ponte e do tradutor como um construtor de pontes, a qual é sempre considerada positiva. Ninguém questiona se as pontes são sempre construídas por razões moralmente “certas”, nem o fato de que assim como elas podem permitir que as atravessemos e façamos um contato positivo com uma cultura diferente, elas também permitem que tropas invasoras as atravessem e assassinem, mutilem e destruam populações inteiras. O mesmo ocorre com a questão de “possibilitar a comunicação”. Um programa sobre o Iraque transmitido pela televisão britânica em outubro de 2003 mostrou um oficial do exército dos EUA, ao lado da cama de um cidadão iraquiano, falando com ele com o auxílio de um intérprete. O intérprete de fato estava possibilitando a comunicação entre as duas partes, mas visto que o oficial estadunidense estava explicando para o iraquiano ferido que ele tinha somente duas escolhas, cooperar com o exército estadunidense e viver, ou não cooperar e terminar morrendo, é difícil enxergar como esse papel de “facilitador” pode ser associado com a construção de uma ponte, a narrativa da tradução de “fazer o bem”.

O tipo de discurso que retrata os tradutores como “facilitadores” da comunicação e do diálogo é permeado por uma suposição de que o “desentendimento” não é intencional e completamente separado das pautas políticas e econômicas. Essa narrativa, eu defendo, oculta os reais problemas das situações de conflito e o complexo papel dos tradutores nessas situações. Além disso, ela ignora a “vontade deliberada de compreender mal” e de recorrer frequentemente à tradução para promover narrativas que muitos tradutores, que consideram a tradução como uma força do bem, sequer sonhariam em aprovar. Eis um exemplo:

Em 12 de agosto de 2002, Brian Whitaker publicou um artigo no *The Guardian* sob o título de “MEMRI Seletivo”, que começou da seguinte maneira:

Já faz algum tempo que venho recebendo pequenos presentes de um generoso instituto nos Estados Unidos. Os presentes são traduções de alta qualidade de artigos de jornais árabes que o instituto me envia por e-mail com frequência, totalmente gratuitos. (...) Os e-mails também são enviados para políticos e acadêmicos, bem

como para muitos outros jornalistas. As histórias são geralmente interessantes. Sempre que recebo um e-mail do instituto, vários dos meus colegas do Guardian também recebem e me enviam regularmente as suas cópias, às vezes com uma nota sugerindo que talvez eu tivesse interesse em conferir a história e escrever sobre ela. (Whitaker, 2002)

A organização sobre a qual Whitaker nos alertou foi criada por um antigo membro do serviço de inteligência israelense. E, como aponta Whitaker, “as histórias selecionadas pelo MEMRI para tradução seguem um padrão familiar: ou desqualificam o caráter dos árabes ou, de alguma forma, promovem a agenda política de Israel”. O próprio site do MEMRI (<http://memri.org/aboutus.html>) descreve a organização, curiosamente fazendo uso explícito da metáfora da ponte, como se segue:

O *Middle East Media Research Institute* (MEMRI) revela o Oriente Médio a partir dos meios de comunicação da região. O MEMRI cria uma ponte para a lacuna linguística existente entre o Ocidente e o Oriente Médio, fornecendo traduções oportunas da mídia árabe, farsi e hebraica, bem como análises originais das tendências políticas, ideológicas, intelectuais, sociais, culturais e religiosas no Oriente Médio.

Fundada em fevereiro de 1998 para fornecer informações para o debate sobre a política dos EUA no Oriente Médio, o MEMRI é uma organização independente, apartidária e sem fins lucrativos, 501 (c)3. A sede do MEMRI está localizada em Washington, DC, com filiais em Berlim, Londres e Jerusalém, onde o MEMRI também mantém seu Centro de Imprensa. O trabalho de pesquisa do MEMRI é traduzido para o inglês, alemão, hebraico, italiano, francês, espanhol, turco e russo.¹⁶

Os relatórios de imprensa sobre o trabalho do instituto, orgulhosamente citados pelo MEMRI no seu site, confirmam a análise de Whitaker sobre o tipo de narrativa que as traduções do MEMRI procuram promover. Eis alguns exemplos:

“O MEMRI, grupo indispensável que traduz os delírios da imprensa saudita e egípcia...” 28 de abril, 2003, *Weekly Standard*

“www.memri.org - O que eles fazem é muito simples, não há comentários nem

nada do tipo. O que eles fazem é simplesmente traduzir o que os sauditas dizem nas mesquitas, nos jornais, nos discursos do governo e na imprensa local.” *1º de outubro, 2002, BBC*

Eis então um programa completo de demonização de um grupo específico que depende quase totalmente de traduções. De fato, ao refutar o ataque de Whitaker no dia seguinte, o fundador do MEMRI diz: “Monitorar a mídia árabe é muito trabalho para uma só pessoa. Temos uma equipe de 20 tradutores fazendo isso”. Esses tradutores estão facilitando a comunicação e construindo pontes, talvez, mas as narrativas que eles ajudam a tecer, recorrendo a características das narrativas, como apropriação seletiva e narratividade causal, estão longe de ser inocentes e, na minha opinião, certamente não promovem a paz e a justiça¹⁷.

Voltando às nossas próprias narrativas disciplinares e profissionais, não há dúvida de que a valorização acrítica dos tradutores, da tradução e até mesmo dos Estudos da Tradução como disciplina circula em nossos discursos profissionais e acadêmicos. Em nosso discurso acadêmico, os tradutores são retratados como agentes honestos e imparciais que agem majoritariamente nos “espaços entre” culturas. A metáfora espacial de “estar entre” é particularmente difundida em textos sobre tradução mais recentes e é completamente conflitante com a teoria da narrativa detalhada acima¹⁸. Essa metáfora insere os tradutores, como regra, ou dentro de grupos “culturais” estáticos e distintos com base em afiliação nacional, religiosa ou de gênero, por exemplo, ou em uma terra de ninguém idealizada que se situa entre dois desses grupos discretos. Logo, a ideia de intercultura é utilizada para criar um espaço neutro para que os tradutores atuem como agentes honestos que não estão envolvidos em uma das culturas, que podem transcender qualquer afiliação cultural ou política, ao menos enquanto eles estão envolvidos na tarefa altamente romantizada de traduzir. Conforme Tymoczko (2003, p. 199) argumenta, de forma convincente:

Ao invés de promover uma visão do tradutor como alguém envolvido e comprometido com um cenário e uma agenda socioculturalmente específicos, não importa o quão abrangentes, o discurso da tradução como um “espaço entre” incorpora uma noção bastante romântica e até mesmo elitista do tradutor como um poeta. Se o lugar de fala do tradutor é um espaço fora da cultura de origem e de chegada, o tradutor se torna uma figura semelhante aos poetas românticos,

alienados de associações a qualquer cultura, isolados pelo gênio. (Tymoczko, 2003, p. 199)

Por último, eu diria que, ao romantizar excessivamente o papel da tradução e dos tradutores como facilitadores pacíficos da comunicação, nós os subtraímos da história, das narrativas que necessariamente moldam a visão de vida deles e, ao fazê-lo, corremos o risco de intensificar os seus pontos cegos e incentivá-los a se tornarem complacentes com a natureza das suas intervenções e menos conscientes dos potenciais danos que eles podem causar. Uma visão narrativa nos ajuda a compreender que o comportamento das pessoas é, no fim das contas, guiado pelas histórias em que elas acreditam sobre os eventos em que estão envolvidas, mais do que por suas associações religiosas ou nacionais. Ademais, a teoria da narrativa não permite “espaços entre”: ninguém, inclusive os tradutores, pode ficar fora ou entre narrativas. Logo, uma narrativa politicamente atualizada sobre o papel da tradução e dos tradutores não estaria posicionada nem fora e nem entre culturas. Essa iria situá-los no centro da interação, nas narrativas que moldam as suas próprias vidas, assim como as vidas daqueles para os quais e entre os quais eles traduzem e interpretam.

Romantizar o nosso papel e elaborar narrativas disciplinares em que aparecemos como profissionais pacíficos e moralmente superiores não é nem convincente, nem produtivo. Em vez disso, precisamos reconhecer e admitir a nossa própria inserção em uma variedade de narrativas. Quer sejamos tradutores profissionais ou acadêmicos, nós não construímos pontes nem fechamos lacunas. Nós participamos de forma muito decisiva na promoção e na circulação de narrativas e de discursos dos mais variados tipos. Alguns promovem a paz, e outros alimentam conflitos, subjugam populações inteiras, matam milhões. Quais discursos e narrativas servem a quais agendas morais ou imorais é, em última análise, uma questão relativa à nossa própria posição narrativa: em quais narrativas acreditamos, tanto individual quanto coletivamente. Nenhum de nós está imune a esse processo. Ninguém pode ficar de fora de todas as narrativas, e não pode haver uma perspectiva no mundo que seja livre de narrativas. Ou, pelo menos, é o que diz essa narrativa.

REFERÊNCIAS

- Baker, Mona. (no prelo). *Translation and Conflict*. Mediating Competing Narratives. St. Jerome Publishing.
- Blommaert, Jan. (no prelo). *Discourse*. A Critical Introduction. Cambridge University Press.

-
- Bruner, Jerome. (1991). The Narrative Construction of Reality. *Critical Inquiry*, 18(1), 1-21.
- Clifford, James. (1998). The Translation of Cultures: Maurice Leenhardt's Evangelism, New Caledonia 1902-1926. In Robert Con Davis & Ronald Schleifer (Dir.), *Literary Criticism. Literary and Cultural Studies* (pp. 680-694). Longman.
- Georgakopoulou, Alexandra. (1997). Narrative. In Jef. Verschueren, Jan-Ola Östman, Jan Blommaert & Chris Bulcaen (Dir.), *Handbook of Pragmatics* (pp. 1-19). Benjamins.
- Huntington, Samuel. (1993). The Clash of Civilizations. *Foreign Affairs*, 72(3).
- Huntington, Samuel. (1996). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Touchstone.
- Huntington, Samuel. (2004). *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. Simon & Schuster.
- Lienhardt, Godfrey. (1956/1967). Modes of Thought. In E. E. Evans-Pritchard (Dir.), *The Institutions of Primitive Society. A Series of Broadcast Talks* (pp.95-107). Blackwell.
- Mishler, Elliot G. (1995). Models of Narrative Analysis. A Typology. *Journal of Narrative and Life History*, 5(2), 87-123.
- Niranjana, Tesjawini. (1990). Translation, Colonialism and Rise of English. *Economic and Political Weekly*, 14 Abril, 773-779.
- Patai, Raphael. (1973). *The Arab Mind*. Charles Scribner's Sons.
- Pym, Anthony. (1998). *Method in Translation History*. St. Jerome Publishing.
- Pym, Anthony. (2000). *Negotiating the Frontier*. Translators and Intercultures in Hispanic History. St. Jerome Publishing.
- Said, Edward. (2001). The Clash of Ignorance. *The Nation*, 22(Outubro).
- Somers, Margaret. (1997). Deconstructing and Reconstructing Class Formation Theory. Narrativity, Relational Analysis, and Social Theory. In John R. Hall (Dir.), *Reworking Class* (pp.73-105). Cornell University Press.
- Somers, Margaret R. & Gloria D. Gibson. (1994). Reclaiming the Epistemological 'Other': Narrative and the Social Constitution of Identity. In Craig Calhoun (Dir.), *Social Theory and the Politics of Identity* (pp.37-99). Blackwell.
- Tymoczko, Maria. (2003). Ideology and the Position of the Translator: In What Sense is a Translator 'In Between? In María Calzada Perez (Dir.), *A propos of Ideology – Translation Studies on Ideology – Ideologies in Translation Studies* (pp.181-201). St. Jerome Publishing.

¹ N.d.T.: O texto traduzido conta com a autorização de tradução e publicação da autora, professora Mona Baker e do editor da revista *Skase Pius ten Hacken*.

Baker, Mona. (2005). *Narratives in Translation*. *Skases*, 1(1), 4-13. <http://www.skase.sk/JTI01index.html>

² “A resposta crítica do nosso público e a solicitação de provas sobre as alegações de verdade são dissuadidas em favor de um envolvimento emotivo na narração” (Georgakopoulou, 1997, p.13, tradução nossa).

³ Blommaert (no prelo, p. 74) desaprova abordagens críticas ao discurso, em particular a Análise Crítica do Discurso e a Análise da Conversação, por se concentrarem no texto e no evento imediato em que se situam, e argumenta que uma abordagem genuinamente crítica “deve também se concentrar no poder invisível, hegemônico, estrutural e normalizado que está sedimentado *na* língua e não somente *através* da língua, “uma vez que a própria língua é um *objeto* de desigualdade e hegemonia”. Isso é semelhante ao argumento que estou defendendo aqui, a saber, de que uma análise narrativa não pode ser limitada a um único texto ou evento, porque as narrativas são configurações difusas e amorfas, e não “histórias” discretas e locais totalmente articuladas.

⁴ Há muitas outras tipologias de narrativa na literatura; considero a de Somers e Gibson particularmente relevante para os meus propósitos.

⁵ Mishler (1995, p. 108, tradução nossa) explica que “a construção de uma narrativa pessoal ... [é] central para o desenvolvimento de um senso próprio, de uma identidade”.

⁶ Ocidental, ortodoxa oriental, latino-americana, islâmica, japonesa, chinesa, hindu e africana.

⁷ O livro de Huntington de 1996 e seu artigo anterior na *Foreign Affairs* (1993) foram revisados exaustivamente. Para uma análise particularmente interessante das limitações da narrativa de Huntington, ver Said (2001), que conclui que “a tese do ‘Choque de Civilizações’, tal como a da ‘Guerra dos mundos’, é um mecanismo que serve mais para reforçar um orgulho próprio defensivo do que para a compreensão crítica da interdependência confusa do nosso tempo”.

⁸ Em seu artigo anterior sobre o mesmo tema publicado no influente periódico *Foreign Affairs*, em 1993, Huntington argumentou explicitamente que “[n]esta era emergente de conflito cultural, os Estados Unidos devem criar alianças com culturas semelhantes e disseminar seus valores sempre que possível. Com civilizações *estrangeiras*, o Ocidente deve ser flexível, se possível, mas *afrentador* se necessário”. Ver <http://www.foreignaffairs.org/19930601faessay5188/samuel-p-huntington/the-clash-of-civilizations.html>; ênfase da autora.

⁹ Curiosamente, do nosso ponto de vista como estudiosos dos Estudos da tradução, Patai também foi tradutor, como a maioria dos antropólogos culturais. Um dos seus livros, *Arab Folktales from Palestine and Israel* (1988), Contos populares árabes da Palestina e de Israel, consiste na sua tradução, com extensos comentários, de 28 contos da região. Um crítico o descreve com entusiasmo como “uma tradução meticulosa do texto árabe de contos populares para expressões inglesas equivalentes que fornecem o significado exuberante implícito no texto árabe”. Ver <http://wsupress.wayne.edu/judaica/folklore/pataiafpi.htm>.

¹⁰ Seymour Hersh, “The Gray Zone”, A zona cinzenta, *The New Yorker*, 15 de maio de 2004 (ver http://newyorker.com/fact/content/?040524fa_fact). Para uma refutação interessante, feita pelas filhas de Patai, “Misreading the Arab Mind”, Compreendendo mal a mente árabe, ver <http://mailman.lbo-talk.org/pipermail/lbo-talk/Week-of-Mon-20040531/011965.html>. Elas argumentam que “a pesquisa acadêmica pode ser usada de forma devida ou de maneira que o autor nunca teria tido intenção ou tolerado”. Isso é verdade para todas as narrativas, mas particularmente para as narrativas conceituais.

¹¹ “Sua melhor utilidade é servir como peso de porta”, Brian Whitaker, *The Guardian*, 24 de maio de 2004.

¹² Agradeço a Maria Pavesi, da Universidade de Pavia, na Itália, por me ter alertado para essa distinção.

¹³ Estas são: diacronicidade narrativa; particularidade; vínculos e estados intencionais; composicionalidade hermenêutica; canonicidade e violação; referencialidade; genericidade; normatividade; sensibilidade ao contexto e negociabilidade; e acréscimo narrativo.

¹⁴ Maurice Leenhardt (1878-1954) foi missionário protestante e antropólogo francês que fez trabalho de campo entre os Kanak da Nova Caledônia, na Melanésia, de 1902 a 1926, e se envolveu em uma defesa apaixonada pelos direitos deles.

¹⁵ Apesar do vocabulário carregado, o qual fazia parte da narrativa da antropologia na época, Leenhardt de fato argumenta que “qualquer senso histórico de proporção... nos lembra que são alguns de nossos próprios hábitos de pensamento que são recentes e incomuns” e que “uma representação satisfatória da realidade pode ser obtida de outras maneiras, que racionalizar não é o único jeito de pensar, que há espaço para o pensamento meditativo e imaginativo” (Leenhardt, 1956/1967, p. 95).

¹⁶ Mas, curiosamente, é claro, não traduzem para o árabe.

¹⁷ No mesmo artigo, Brian Whitaker propôs que os árabes também deveriam usar a tradução para lutar contra programas de demonização desse tipo:

No que diz respeito às relações entre o ocidente e o mundo árabe, a língua é um obstáculo que perpetua a ignorância e pode facilmente fomentar a incompreensão [...] Basta apenas que um grupo pequeno, mas ativo, de israelenses explore esse obstáculo em seu próprio benefício e comece a transformar da pior forma possível a percepção ocidental sobre os árabes. Não é difícil imaginar o que os árabes podem fazer para combater isso. Um grupo de empresas de comunicação social árabe poderia se reunir e publicar traduções de artigos que refletissem com maior precisão o conteúdo dos seus jornais.

Cerca de um ano depois, foi criada uma organização chamada Árabes Contra a Discriminação, quase como uma resposta direta à sugestão de Whitaker. Essa organização também depende muito da tradução para promover uma contranarrativa do que os árabes defendem, bem como expor o racismo e a discriminação praticados na sociedade israelense (ver <http://www.aad-online.org/>).

¹⁸ Ver, em particular, o trabalho de Anthony Pym (1998, 2000). Para uma interessante visão geral e uma crítica, ver Tymoczko (2003).